

13 Julho 2020

CARTA ABERTA AOS MINISTROS DAS FINANÇAS DO G20

Empresas, trabalhadores e sociedade civil global pedem ampliação do congelamento dos pagamentos do serviço da dívida para ajudar países em desenvolvimento a combater a pandemia de COVID-19

Prezados Ministros das Finanças,

Escrevemos em complemento a nossa carta conjunta enviada em 10 de abril de 2020, que pedia aos governos do G20 que removessem a dívida internacional da equação no combate à COVID-19, antes das Reuniões da Primavera do Grupo Banco Mundial (BMG) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em nome das empresas, trabalhadores e sociedade civil ao redor do mundo, gostaríamos de aproveitar a oportunidade para agradecê-los pela liderança em estabelecer a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, em inglês) —e, além disso, aplaudir o compromisso feito por diversos governos em reabastecer o Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) e o Fundo para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) do FMI. Para a economia real e sociedade como um todo, esse pacote de medidas foi um sinal bem-vindo do compromisso abrangente do G20 em eliminar qualquer risco de crise desordenada da dívida soberana que compõe o custo humano e econômico da COVID-19.

É cada vez mais claro, porém, que a liderança deste grupo é urgentemente necessária para cumprir decisivamente esse imperativo.

Com a economia global enfrentando uma retração ainda mais profunda do que a projetada em abril, são necessárias ações decisivas e abrangentes para garantir que o serviço da dívida não impeça os governos de países em desenvolvimento de proteger a vida e os meios de subsistência de seus cidadãos diante da pandemia. Estamos especialmente preocupados com o crescente número de países que já enfrentam ou correm risco de endividamento - incluindo aqueles que não estão atualmente no escopo do DSSI, cujas economias foram altamente expostas aos choques externos provocados pela COVID-19.

Nesse contexto, escrevemos em antecipação à Reunião de Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais do G20 desta semana para solicitar a criação de um novo pacote de medidas de alívio da dívida, proporcionais em escala e escopo à gravidade da crise da COVID-19. Qualquer plano desse tipo deve ser ousado o suficiente para lidar com as barreiras que os ônus da dívida soberana apresentam para a contenção da pandemia - enquanto permite uma recuperação global que priorize a resiliência da saúde, o trabalho decente e o crescimento da economia real.

Para esse fim, recomendamos que continuem a trabalhar sobre o DSSI ao:

- > Estender o congelamento do pagamento da dívida até 30 de abril de 2022, de acordo com a incerteza econômica prevista e as cicatrizes causadas pela pandemia;
- > Ampliar o escopo do DSSI para abranger os países de baixa e média renda, com base em suas vulnerabilidades de saúde e endividamento;
- > Reabastecer o CCRT do FMI, para cobrir todos os pagamentos de empréstimos do Fundo para Redução da Pobreza e Crescimento até abril de 2022;
- > Criar mecanismos de financiamento nos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, modelados na CCRT do FMI, cobrindo, no mínimo, os pagamentos devidos pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) e pelos países parcialmente elegíveis da AID até abril de 2022;
- > Estabelecer novos mecanismos institucionais para permitir a participação plena de credores privados e bilaterais no congelamento da dívida, de acordo com qualquer expansão para o DSSI;
- > Esclarecer a expectativa de que os credores privados participem coletivamente em termos comparáveis aos credores oficiais; e
- > Endereçar eventuais barreiras à participação plena de credores privados no DSSI, fornecendo esclarecimentos coordenados sobre a implementação das estruturas regulatórias aplicáveis.

Em anexo, encontra-se um breve anexo contendo propostas mais detalhadas em relação a várias dessas recomendações principais, que foram desenvolvidas por meio de extensas consultas com uma ampla gama de participantes do mercado e especialistas em dívida soberana.

Acreditamos que um pacote desse tipo - se efetivamente implementado com mecanismos de transparência adequados - seria, em última análise, benéfico para credores oficiais, detentores de título de dívida e devedores soberanos. Para superar essa crise, essas recomendações também precisariam ser complementadas por medidas monetárias e financeiras apropriadas para apoiar os países necessitados, incluindo a emissão de Direitos Especiais de Saque do FMI.

Olhando para o médio prazo, também solicitamos aos governos do G20 que tracem um caminho para garantir que as oscilações da dívida não inibam a perspectiva de crescimento robusto, retornando à economia global após a pandemia. Estender a janela de congelamento e alívio de emergência até abril de 2022 deve fornecer tempo suficiente para criar um processo apropriado que permita acordos justos, abrangentes e vinculativos em casos de sobre-endividamento - além de projetar alívio para países em necessidade que estejam alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Remover o espectro da dívida soberana da contenção da pandemia e da crise econômica é um imperativo absoluto para empresas, trabalhadores e cidadãos em todo o mundo. O investimento necessário das principais economias mundiais é pouco em comparação com os custos sociais e econômicos da inação.

Aguardamos sua ação urgente.

Com os melhores cumprimentos,



John W.H. Denton AO
Secretary General
ICC



Sharan Burrow
General Secretary
ITUC



Michael Sheldrick
Chief Policy and Government
Affairs Officer
Global Citizen

cc:

G20 International Financial Architecture Working Group

Fundo Monetário Internacional, Diretora-geral, Kristalina Georgieva

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Secretário-geral, Ángel Gurría

Clube de Paris, Chair, Odile Renaud-Basso

Nações Unidas, Secretária-Geral adjunta, Amina J Mohammed

Grupo Banco Mundial, Presidente, David Malpass